



Saneamento básico e a violação aos direitos humanos das crianças: Análise dos impactos socioambientais

Autor(res)

Ana Maria Foguesatto
Lauryn Luiza Pires Felice

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

Introdução

A dignidade da pessoa humana, princípio basilar da Constituição Federal de 1988, relaciona-se com a qualidade ambiental, mostrando-se ainda mais alarmante no que concerne aos direitos da criança à saúde e ao desenvolvimento em um meio ambiente equilibrado. A precariedade do saneamento básico e o crescimento urbano desordenado, ao agravarem as desigualdades, impõe prejuízos desproporcionais aos infantes, cuja fragilidade exige proteção prioritária. Nesse cenário, o dever estatal de assegurar políticas urbanas equitativas ganha contornos de urgência para garantir um ambiente saudável, essencial ao pleno exercício dos direitos fundamentais da infância. Esta pesquisa analisa os impactos ambientais e sociais da ausência de saneamento, evidenciando as violações à dignidade e ao bem-estar infantil, ressaltando o papel das políticas públicas como instrumentos de proteção. Para tanto, adota-se o método hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa exploratória bibliográfica.

Objetivo

A presente pesquisa busca analisar a relação entre injustiça ambiental, desigualdade e a precariedade do saneamento, focando nos impactos sobre o direito de crianças à saúde e a um meio ambiente equilibrado. Investiga-se a falha estatal na garantia da dignidade humana e a urgência de políticas públicas que assegurem o pleno desenvolvimento infantil frente à vulnerabilidade socioambiental.

Material e Métodos

A metodologia desta pesquisa científica é o método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método da pesquisa bibliográfica exploratória. Para construção do presente estudo foi realizada pesquisa exploratória bibliográfica, com a finalidade de analisar a literatura doutrinária e legislação existente sobre a temática, estabelecendo a fundamentação teórica elaborada.

Para elaboração da pesquisa, foi utilizada a plataforma “Google Acadêmico” para busca de publicações científicas relacionadas ao tema, além da leitura de livros, doutrinas e legislação. Os seguintes descritores foram utilizados: Direitos fundamentais das crianças, justiça climática e políticas públicas de saneamento básico. A pesquisa abrangeu artigos publicados entre 2016 a 2025.

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que a ineficiência do saneamento básico transcende a questão da infraestrutura urbana, configurando uma violação direta aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Considerando a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento e a vulnerabilidade desta faixa etária, a ausência de saneamento compromete o desenvolvimento dos menores, expondo-os aos riscos sanitários e ambientais.

Nesse contexto, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõem ao Estado o dever de prioridade absoluta na formulação de políticas públicas voltadas à saúde e à preservação do ambiente sadio. A negligência estatal em assegurar tais garantias desde a primeira infância não apenas compromete o bem-estar imediato, como também reflete negativamente nas fases da vida adulta. Portanto, a universalização dos serviços de saneamento é indispensável para concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana, assegurando o pleno desenvolvimento infantil.

Conclusão

Verifica-se que o acesso ao saneamento básico é uma garantia do mínimo existencial, de prioridade absoluta direcionada às crianças. A efetividade desses serviços é determinante para garantir qualidade ambiental e proteger o desenvolvimento de sujeitos em peculiar condição de desenvolvimento. A implementação de políticas públicas, pautadas pelo dever estatal de proteção, torna-se, portanto, a via indispensável para garantir o direito de viver em um meio ambiente equilibrado, seguro e saudável.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 abr. 2026.

DUARTE, E. C. Afronta ao direito fundamental da criança à saúde pela deficiência de políticas públicas de saneamento básico. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Tribunal de Justiça de Minas Gerais, [S. l.], 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MÂNICA, C. S.; CABRAL, J. A precariedade na oferta dos serviços de saneamento básico como um fator determinante na violação do direito à saúde de crianças no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE, [S. l.], 2025. Anais... [S. l.: s. n.], 2025.